

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**MENSAGEM Nº 069, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018**

**Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ubá,**

**Senhora Vereadora,**

**Senhores Vereadores:**

Consignando a V.Exas. a expressão de nossos cumprimentos, encaminhamos para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei Complementar anexo, que *"altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 182, de 14 de dezembro de 2015, dispõe sobre a contratação temporária, por excepcional interesse público, de cuidador infantil, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação"*.

A referida lei complementar, cópia anexa, cuida da contratação direta pela Prefeitura, via processo seletivo, de cuidadores infantis para atuar nas escolas e creches municipais. Trata-se de mão-de-obra especial, para cuidar de crianças, cuja seleção deve levar em conta não só disponibilidade do candidato, mas também vocação para a função.

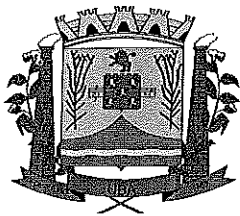
A alteração proposta é apenas para prorrogar, até 31 de dezembro de 2019, as disposições da referida lei, cuja redação atual tem termo final estabelecido no fim do mês corrente.

Isto exposto, e considerando que o tema tem reflexos na prestação dos serviços da Secretaria Municipal de Educação, submetemos o presente projeto de lei complementar à consideração dos senhores Vereadores, invocando a tramitação em **regime de urgência**, nos termos do art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,

EDSON TEIXEIRA FILHO  
Prefeito de Ubá

PROTOCOLADO  
Nº 435 HORA 17:00  
EM: 10 / 12 / 18  
EDNA  
CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/18**  
(Ref.: Mensagem nº. 069, de 10/10/2017)

*Altera a redação do Parágrafo Único do art. 1º da Lei Complementar Municipal 182, de 14 de dezembro de 2015.*

Art. 1º. O parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar Municipal 182, de 14 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a redação que segue:

*Art. 1º. (...)*

*"Parágrafo único. A contratação que se autoriza mediante a presente lei é válida para os exercícios de 2016 a 2019."*

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 10 de dezembro de 2018.

  
EDSON TEIXEIRA FILHO  
Prefeito de Ubá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
COMUNICAÇÃO INTERNA

De: Secretaria de Educação

Para: Gabinete / Evandro

Data: 10.12.2018

Nº 049/2018

Prezado Evandro,

Solicitamos-lhe a gentileza de providenciar Lei Complementar do Prefeito Municipal alterando a Lei nº 182, de 14 de dezembro de 2015 para mais um ano de **Contratação de Cuidador Infantil**. A referida lei tem como objetivo atender a demanda da Rede Municipal de Ensino.

Onde se lê:

**Parágrafo único** – A contratação que se autoriza mediante a presente lei é válida para os exercícios de **2016 a 2018**.

Leia-se:

**Parágrafo único** – A contratação que se autoriza mediante a presente lei é válida para os exercícios de **2016 a 2019**.

Precisamos, com a máxima urgência, da aprovação da nova lei para procedermos a organização do ano letivo de 2019. Nossas creches tem previsão de início das aulas em 02 de janeiro de 2019.

Atenciosamente,

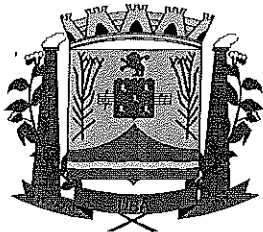
Maria Elizabeth Barros

Secretária Municipal de Educação

Data do Recebimento:

10, 12, 18

Matrícula e assinatura do(a) recebedor(a)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 182, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA DE CUIDADOR INFANTIL,  
PARA ATENDER A DEMANDA DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.*

O povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei complementar:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar cuidador infantil, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo Único.** ~~A contratação que se autoriza mediante a presente lei é válida para o ano de 2016, podendo ser prorrogada para o ano de 2017, mediante justificativa do Chefe do Poder Executivo.~~

**Parágrafo único.** A contratação que se autoriza mediante a presente lei é válida para os exercícios de 2016 a 2018 (NR). (nova redação dada pela LC 196 – DO-e de 31/10/2017).

**Art. 2º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através de jornais de circulação local ou regional, prescindindo de concurso público.

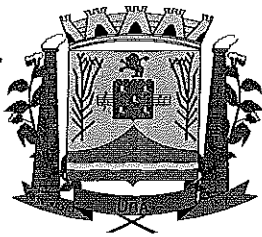
**Parágrafo Único:** São requisitos para investidura na função pública de cuidador infantil:

I – possuir ensino médio completo;

II – ser aprovado em processo seletivo simplificado a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Ubá;

**Art. 3º.** Na contratação serão observados os padrões de vencimentos adotados pelo Município, se existentes, e, na impossibilidade, os valores do mercado local ou regional.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Prefeito

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

**Art. 4º.** São direitos do contratado:

I – remuneração, na forma das disposições específicas desta Lei.

II – 13ª remuneração, calculada proporcionalmente com base na remuneração mensal;

III - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

IV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

V – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

VI – remuneração do trabalho noturno exercido entre 22 e 6 horas superior em 25% (vinte e cinco por cento) à remuneração do trabalho diurno.

**Art. 5º.** Nos casos previstos nesta Lei é vedada a diferença de remuneração, de exercício de funções e de critério de contratação por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, bem como a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

**Art. 6º.** O contrato firmado na forma desta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

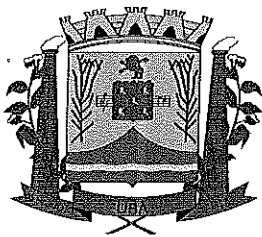
II – por iniciativa do contratado;

III – por determinação judicial;

IV – por aplicação de penalidade.

§ 1º. A extinção do contrato, no caso do inciso II será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Prefeito

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 1/3 (um terço) do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

~~Art. 7º. Fica limitado a 56 (cinquenta e seis) o número de pessoas a serem contratadas na forma desta Lei.~~

~~Art. 7º. Fica limitado a 64 (sessenta e quatro) o número de pessoas a serem contratadas na forma desta lei. (NR). (Nova redação dada pela Lei Complementar 186 – DO-e de 26/02/2016)~~

**Art. 7º.** Fica limitado a 108 (cento e oito) o número de pessoas a serem contratadas na forma desta lei. (NR). (nova redação dada pela LC 196 – DO-e de 31/10/2017).

**Art. 8º.** Esta Lei entrar em vigor na data da sua publicação.

Ubá, MG, 14 de Dezembro de 2015.

EDVALDO BAIÃO ALBINO  
(Vadinho Baião)  
Prefeito de Ubá

Doe 21/12/2015

